

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

RASTROS DA ANCESTRALIDADE: A PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO COMO LUGAR DE MEMÓRIA E FONTE DE INFORMAÇÃO SOCIAL

ANCESTRAL TRACES: RIO DE JANEIRO'S PEQUENA ÁFRICA AS A PLACE OF MEMORY AND SOURCE OF SOCIAL INFORMATION

Bianca Rihan Pinheiro Amorim – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Vitória Maria Alves Freitas – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho está direcionado à discussão sobre os objetos - registros escritos e vestígios materiais diversos - encontrados na região da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Pequena África. Analisados nos contextos da Ciência da Informação e da Memória Social, tais objetos são defendidos, desde suas condições informativas e ritualísticas, como documentos e “lugares de memória” (Nora, 1993). Sublinhando a materialidade ampliada de tais artefatos, o trabalho destaca a importância dos registros e vestígios históricos, sejam eles escritos ou não escritos, para a reconstrução da memória da região através de processos de apropriação, preservação e circulação. Com o intuito de um aprofundamento no tema, realiza-se pesquisa exploratória, bem como coleta e análise de dados através de uma abordagem qualitativa, fundamentada documentalmente e em trabalho de campo. Como resultado, afirmamos a preservação da memória e dos suportes que a materializam como uma ação fundamental para a ressignificação da Pequena África, fortalecendo o vínculo da comunidade local com sua história e cultura, e permitindo o reconhecimento do território desde seus documentos vivos - a serem revelados e valorizados como herança significativa para a história de nossa cidade e de nosso país.

Palavras-chave: Pequena África; memória da diáspora africana; lugares como fonte de informação.

Abstract: This article is focused on discussing the objects—written records and various material remnants—found in the area of the city of Rio de Janeiro known as Little Africa. Analyzed within the contexts of Information Science and Social Memory, these objects are considered, from both their informational and ritualistic dimensions, as documents and "sites of memory" (Nora, 1993). Emphasizing the expanded materiality of such artifacts, the work highlights the importance of historical records and remnants, whether written or not, for reconstructing the memory of the region through processes of appropriation, preservation, and circulation. In order to deepen the topic, exploratory research was conducted, along with data collection and analysis through a qualitative approach, based on documentary sources and fieldwork. As a result, we assert that the preservation of memory and of the supports that materialize it is a fundamental action for the re-signification of Pequena Africa, strengthening the local community's bond with its history and culture, and enabling the recognition of the territory through its living documents—to be revealed and valued as significant heritage for the history of our city and our country.

Keywords: Pequena África; afro-diasporic memory; sites as sources of information.

1 INTRODUÇÃO

O território conhecido como Pequena África, situado na zona portuária do Rio de Janeiro, abrange os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo e é marcado por uma profunda riqueza histórica e cultural. Foi assim nomeado por Heitor dos Prazeres, em referência à presença de comunidades remanescentes de quilombos, como os da Pedra do Sal e do Santo Cristo, além de populações negras descendentes de africanos escravizados e alforriados. A região carrega séculos de resistências e de práticas culturais negras, sendo um dos principais centros formadores da identidade afro-brasileira.

Atentando a tal cenário, este trabalho tem por objetivo geral investigar as memórias coletivas presentes na Pequena África, por meio de registros oficiais e escritos, assim como vestígios arqueológicos e simbólicos, compreendidos como suportes documentais plurais capazes de revelar as tramas sociais que atravessam a história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro. Especificamente, busca-se analisar esses registros escritos e documentais, identificar e interpretar os vestígios arqueológicos e simbólicos da região, e aplicar uma concepção ampliada de documento, conforme defendida por autores da Biblioteconomia e da Ciência da Informação — como Paul Otlet (2005), Suzanne Briet (2007), Jean Meyriat (1981), Cristina Ortega e Marilda Lara (2010) — para reconhecer a potência informacional de objetos, ruínas, práticas e espaços urbanos.

Fundamentando-nos também nos estudos da Memória Social a partir de autores como Jacques Le Goff (1996), Pierre Nora (1993), Michel Pollak (1989) e Regina Abreu (2016), discutimos a noção de “lugares de memória”, bem como sua antítese “lugares de esquecimento”, e a pertinência da dialética memória-esquecimento para a compreensão dos sucessivos processos de apagamento histórico sofridos pela população negra brasileira. A proposta passa por articular lugares — como o Cais do Valongo, o Jardim Suspenso do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos — como documentos e territórios de resistência fundamentais para a reconstrução de uma história silenciada por séculos.

Quanto à metodologia adotada, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com procedimentos técnicos de natureza bibliográfica, documental e de campo. O levantamento teórico foi complementado por visitas in loco a lugares de memória da região da Pequena África, como o Cais do Valongo, o Jardim Suspenso do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, percorrendo o Circuito de Herança Africana organizado pelo Instituto de

Pesquisa e Memória Pretos Novos. Essas visitas permitiram observar e registrar documentos materiais e simbólicos presentes nos espaços, articulando a noção de documento à ideia de território informacional. Em última instância, o estudo busca contribuir para a preservação e valorização das “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) da Pequena África, reconhecendo sua centralidade para a formação social brasileira.

2 A PEQUENA ÁFRICA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E LUGAR DE MEMÓRIA

A Pequena África, localizada no centro do Rio de Janeiro, representa um território rico em memória e história, configurando-se como uma importante fonte de informação sobre a trajetória da população afro-brasileira e os legados da escravidão no Brasil.

Em seu entorno, situado entre os morros da Conceição e do Livramento, funcionou o complexo do Valongo, marco central da escravidão no Rio de Janeiro. Em tal complexo escravagista encontravam-se o Cais do Valongo, principal e maior porto de desembarque de escravizados das Américas; as casas de engorda, onde os africanos recém chegados eram mantidos até atingirem o peso desejado para a venda; os mercados de escravizados, local em que ficavam expostos para serem comercializados; o lazareto da Gamboa, destinado à quarentena e ao tratamento de doenças contraídas durante a travessia; e, por fim, o cemitério dos Pretos Novos, onde eram sepultados aqueles que não resistiam às condições degradantes no processo do tráfico e ao sofrimento da escravidão (Honorato, 2019).

Originalmente, o desembarque de africanos era realizado na Praia do Peixe, atual Praça XV, onde também residia, embarcava e desembarcava de suas viagens ao exterior, a elite colonial. Com o crescimento contínuo do fluxo de pessoas escravizadas recém-chegadas - depois de meses sobrevivendo em um cenário desumano, acorrentadas em minúsculos espaços e sem quaisquer possibilidades de higiene - as condições sanitárias nos arredores do cais tornar-se-iam cada vez mais precárias.

A presença desses indivíduos começou, então, a gerar incômodo entre os habitantes das áreas nobres, que viriam a defender a mudança do ponto de desembarque dos tumbeiros para um local mais afastado do centro urbano, buscando escamotear os impactos decorrentes do tráfico transatlântico (Honorato, 2019).

A decisão de transferir, a partir de 1811, o cais de chegada para o Valongo, foi, portanto, diretamente influenciada pelos interesses da elite colonial, incomodada com a face mais visível do comércio de seres humanos, que foi o seu grande sustentáculo.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ao ser deslocado, o desembarque passou a contar com uma infraestrutura dedicada à recepção, triagem e comercialização de pessoas escravizadas, com a construção de depósitos, mercados e instalações destinadas a esse fim. Como resultado, o Cais do Valongo se consolidou como o principal porto de entrada de africanos escravizados nas Américas, ampliando a escala e a estrutura do tráfico humano no Brasil, e assegurando às autoridades políticas e econômicas da colônia, e posteriormente do império brasileiro, a manutenção de seus padrões de conforto e distinção social.

Conforme Lima (2018, p. 99),

[...] o cais foi, no início do século dezenove, o centro do local de desembarque do maior número de africanos escravizados que chegaram vivos às Américas. Em nenhuma outra parte do mundo desembarcaram tantos cativos trazidos da África como nessa cidade.

Apesar de ter funcionado como a grande porta de entrada da escravidão nas Américas, a história do Cais do Valongo revela um processo emblemático de tensionamento entre memória e esquecimento, evidenciado tanto pela identificação tardia de seus resquícios materiais, quanto pelas tentativas sistemáticas de supressão de seu significado histórico.

Embora sua existência fosse atestada por registros documentais, a localização exata do cais permaneceu desconhecida – e literalmente subterrânea¹ - até ser revelada, em 2011, no contexto das obras de requalificação urbana na zona portuária do Rio de Janeiro. Esse redescobrimento, ao mesmo tempo em que restituiu sua presença física na paisagem da cidade, reacendeu os debates em torno da memória social, tornando-se um símbolo das disputas por reconhecimento e da seletividade com que certos processos históricos são iluminados ou relegados ao esquecimento. Segundo Honorato (2019, p. 31),

[...] a sobreposição do Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo, assim como o do Jardim Suspenso do Valongo, construído sobre o espaço anteriormente ocupado pelo mercado do Valongo, com suas estátuas Greco-romanas, nos dizeres do prefeito [...] evocam a memória de uma cidade que queria ‘civilizar-se’, sobrepondo elementos da cultura europeia (branca) sobre os elementos culturais africanos (negros), simbolizam a permanência latente dos ideais de branqueamento dos costumes nacionais. Assim, honra-se a memória dos feitos dos escravistas ao invés da memória das vítimas.

De acordo com o autor, o duplo soterramento do cais (o do Valongo e posteriormente o da Imperatriz), a construção do Jardim Suspenso do Valongo sobre uma antiga área de

¹ Para além do sentido figurativo, conforme proposto pela categoria de “memórias subterrâneas”, de Michel Pollak (1989).

comércio de escravizados e o encobrimento do Cemitério dos Pretos Novos (que também teve a sua localização perdida por aproximadamente cento e sessenta anos, até que uma família encontrasse as ossadas em 1996, durante as obras de sua casa, na Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa)² ilustram a lógica de apagamento que se consolidou no Rio de Janeiro: ao mesmo tempo em que se propõe a “revitalização” urbana, também enterra-se, literal e simbolicamente, memórias incômodas, associadas à escravidão e ao racismo. Porém, conforme aprendemos com o campo da memória social, não há superfície estática e aquilo que emerge de baixo da terra dá materialidade às tantas memórias invisibilizadas, silenciadas e violentadas, revelando camadas de sofrimento, resistência e esquecimento que recompõem a experiência afro-brasileira.

Entre pressões e contrapressões, em 2017, o Cais do Valongo foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo classificado como Patrimônio de Memória Sensível, em razão de sua conexão direta com o tráfico transatlântico de africanos escravizados. Esta designação reconhece a relevância histórica do local, mas também sua potência simbólica enquanto espaço evocador de experiências traumáticas, promovendo reflexões profundas sobre as injustiças do passado escravocrata. A patrimonialização do Cais do Valongo representa, assim, um gesto de reparação histórica e de valorização da memória afro-brasileira, constituindo-se como um elemento fundamental na luta contra o esquecimento institucionalizado e na reconstrução de uma herança coletiva comprometida com a justiça social e a dignidade humana (Lima, 2018).

A partir dessa reflexão, podemos identificar o Cais do Valongo e toda a região da Pequena África como “Lugares de Memória”, de acordo com a designação proposta por Pierre Nora (1993). Segundo o autor, para se “encaixarem” na categoria, os lugares, para além de seu caráter material e/ou funcional, necessitam evocar uma aura simbólica e ritualística, capaz de restituir a vida coletiva em torno de sua celebração. São, portanto, lugares de encontro, devoção ou mesmo luta política, onde as “sociedades-memória” parecem se reencontrar por meio dos restos residuais de outrora. Hoje, este é o cenário cada vez mais fortalecido na Pequena África: um espaço urbano que recebe a visita de milhares de pessoas por ano para

² A descoberta do Cemitério de Pretos Novos, tornou-se um marco na arqueologia da escravidão no Brasil. As escavações revelaram restos mortais de africanos escravizados, além de diversos artefatos culturais, como pontas de lança, argolas, contas de vidro e peças cerâmicas.

(re)conhecerem o seu passado de violência, em que a lembrança se torna um ritual coletivo contra o esquecimento.

Apesar da discussão proposta por Nora sobre os lugares de memória dialogarem perfeitamente no caso da Pequena África, é importante lançarmos um contraponto crítico à teorização do autor, a partir de nosso campo de pesquisa. Diferentemente dos lugares por ele exaltados (os lugares de hegemonia da “Nação Francesa”, identificados com os “vencedores” e analisados por uma reverência quase mítica, à revelia de toda a violência perpetrada para que seguissem ao longo dos séculos respondendo como monumentos e/ou símbolos oficiais), reconhecer a Pequena África como lugar de memória significa, antes de tudo, denunciar as estruturas que formaram a frente e o verso da Nação brasileira: o sistema escravista de exploração. Como enfatiza o historiador Perry Anderson (*apud* Gondar, 2016, p. 28), o projeto de Nora se orientou à falsa “criação de uma doce união na qual as divisões e discórdias da sociedade francesa se desvaneceriam em ternos rituais de recordação pós-moderna”, se eximindo de dar visibilidade aos lugares de conflito e de violência.

Nesse sentido, defendemos a Pequena África como uma fonte de informação e um lugar de memória não porque concilia a Nação através de um ritual de consenso, mas porque catalisador da luta contra o esquecimento forçado no Brasil: território de memórias fraturadas e ponto de partida para que a história oficial do país seja “escovada a contrapelo” (Benjamin, 2012), quatro séculos depois.

O território abriga vestígios materiais, como o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos que, apesar de não figurarem como documentos escritos, são carregados de significados e de memórias. Ao serem preservados e interpretados no presente, esses espaços funcionam como documentos vivos, capazes de revelar modos de vida, a dimensão do sofrimento e estratégias de sobrevivência dos africanos escravizados, permitindo à sociedade acessar camadas da história que foram, durante muito tempo, silenciadas ou apagadas dos registros oficiais.

3 OS SUPORTES DE MEMÓRIA DA PEQUENA ÁFRICA

Dando sequência à discussão proposta na seção anterior, sublinhamos o conceito de memórias subterrâneas, formulado por Michel Pollak (1989), que remete a registros coletivos que, embora alijados das narrativas oficiais, permanecem vivos nas práticas culturais, nos espaços simbólicos e na resistência cotidiana de grupos historicamente oprimidos. Essas

memórias marginalizadas funcionam como salvaguardas da identidade e da história de populações silenciadas, desafiando a hegemonia da história oficial.

Contemporaneamente, as memórias subterrâneas afro-brasileiras reaparecem em práticas culturais, na oralidade, nos rituais de ancestralidade, nos espaços de encontro e nos inúmeros objetos de memória recuperados pela arqueologia e reivindicados pelos movimentos sociais. Desafiando a linearidade da história oficial, reafirmam o direito de todas as pessoas de existir, de lembrar e de reconstruir identidades, remontando um tecido social latentes e povoado de demandas politicamente significativas.

Complexificando o debate relativo ao campo da memória social, interessa-nos, à luz da teoria da documentação, analisar os achados arqueológicos do Valongo como documentos, no sentido ampliado do termo. Paul Otlet (2005), Suzanne Briet (2007) e Michael Buckland (1991), para além do texto escrito, postulam serem os documentos quaisquer objetos materiais capazes de transmitir informação. Buckland (1991), em especial, destaca o documento como material, processual e produtor de conhecimento, capaz de fornecer evidências a partir de seu contingenciamento histórico. Por sua vez, Meyriat apresenta o documento como “um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável” (Ortega; Lara, 2010, p. 4). Tal ampliação permite-nos, portanto, considerar objetos arqueológicos, vestígios humanos e artefatos culturais, mas também os próprios espaços urbanos, como o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, como testemunhos históricos e fontes legítimas de informação. No caso da Pequena África, tais elementos evidenciam a violência estrutural da escravidão, mas também a resistência cultural dos povos africanos.

De acordo com Pereira (2014), durante as escavações e pesquisas arqueológicas nos arredores do Cais e do Cemitério do Pretos Novos, foram encontrados inúmeros adornos, capazes de nos mostrar como as pessoas que aqui chegavam eram logo destituídas de seus pertences, isto é, de seus traços de identidade e de quaisquer relações com sua origem. Conforme o autor, notou-se a presença de contas brancas substituindo as marcas de ferro em alguns sepultamentos, o que indica distinções simbólicas e a luta, até a hora da morte, pela manutenção de elementos culturais significativos. Ademais, revelando influências africanas, mas também indígenas, ressalta-se dentre os achados cerâmicas escuras ornamentadas com incisões.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O contexto de abandono do espaço também ficou evidente no processo de investigação. Como relata Pereira (2014), a palavra cemitério, para fazer referência ao Cemitério dos Pretos Novos, é praticamente uma figura de linguagem. Misturados aos ossos humanos, foram encontrados fragmentos de vidro, louça, trilhos de bonde e outros resíduos urbanos, denunciando o desprezo pelo local e pelas vidas ali sepultadas. Esses elementos integram agora o acervo do Instituto Pretos Novos, funcionando como documentos - registros materiais e simbólicos, outrora do esquecimento e, hoje, de memória. A patrimonialização do espaço e a atuação do Instituto Pretos Novos contribuem para reverter tal apagamento histórico, promovendo a educação patrimonial e a valorização da memória negra.

Somados aos vestígios arqueológicos, encontramos na região da Pequena África documentos no sentido clássico do termo: registros escriturais, como os livros de óbitos da Freguesia de Santa Rita, que detalha informações sobre os escravizados recém-chegados: nomes, idades, doenças, portos de origem e marcas corporais. Segundo Jacques Le Goff (1984), documentos são construções sociais, marcadas por relações de poder, e não registros neutros do passado. A produção dos livros paroquiais, sob influência da Igreja Católica, ilustra essas disputas simbólicas: o que se registra, como se registra, o que se omite. Assim, esses documentos carregam tanto as narrativas das instituições que os produziram, mas também tudo o que delas vaza, uma vez que no presente funcionam como prova irrefutável da escravidão no Brasil.

Por fim, para além da cultura material, também podemos considerar como “suportes de memória”, conforme Abreu (2016, p. 54), manifestações imateriais, como “rituais, festas, modos de fazer, narrativas orais, performances”, que não deixam, no entanto, de se conectar com as materialidades vinculadas à sua fruição. Como bem define Buckland (1981), para comunicarem algo a alguém, qualquer manifestação/ informação, precisa necessariamente se apoiar em suporte físico, isto é, em documentos. Nos casos mencionados, podemos pensar nos próprios corpos - que hoje se organizam para rememorar, falar e performar sobre um passado coletivo que não se deve esquecer – como documentos, permitindo que experiências históricas apagadas sejam evocadas e reconstruídas, funcionando como alicerces para a construção de um presente e um futuro plurais, inclusivos e comprometidos com a justiça histórica. Ao iluminar histórias silenciadas, os documentos de múltiplas tipologias contribuem para a formulação de políticas públicas de valorização da herança afro-brasileira e para a

consolidação de um projeto coletivo de memória que reconheça e dignifique a experiência negra no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam a Pequena África não apenas como um espaço geográfico delimitado, mas como um território de memórias múltiplas, onde resistem vozes, práticas e marcas de uma história que foi sistematicamente marginalizada. A análise dos registros escritos, dos vestígios arqueológicos, das práticas culturais e dos objetos simbólicos reforça a necessidade de uma concepção ampliada de documento, capaz de contemplar distintos suportes da memória coletiva.

Ao considerar o Cais do Valongo, o Jardim Suspenso do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, e tantos outros espaços que marcaram a escravidão no Brasil como lugares de memória, segundo a definição de Pierre Nora (1993), compreendemos essa categorização menos a partir dos rituais institucionais do consenso (como o autor pareceu fazer no caso da França), mas desde a possibilidade que eles nos oferecem em torno da compreensão da violência (Gonzalez, 2020) e da subjugação do outro como estruturantes do projeto colonial. Seus espaços de sociabilidade e suas instituições, mesmo tendo sido, em certos casos, colocados para baixo da terra - na tentativa de esquecimento forçado de um passado de crime contra a humanidade -, continuam repercutindo na perpetuação de uma sociedade desigual e profundamente racista. Trazê-los novamente para a superfície do tecido social, transformá-los em lugares de memória em torno dos quais a sociedade debata, recorde e se comprometa é a primeira chave para a reconfiguração das narrativas históricas a partir das experiências e resistências da população negra e para a construção de um futuro de reparação e democracia.

Nesse contexto, atendendo ao objetivo geral delineado nesta pesquisa, por meio do levantamento bibliográfico e da investigação de campo, foi possível compreendermos que, no âmbito da Ciência da Informação, a concepção ampliada do conceito de documento revela-se fundamental para a organização, preservação e acesso à informação. A partir das contribuições teóricas de Otlet (1934), Briet (1952) e Buckland (1991), entre outros, destaca-se a relevância de se considerar não apenas o suporte material do documento, mas também seu contexto de produção, sua função social e seu papel enquanto mediador de sentidos e memórias, como demonstram os vestígios encontrados na região da Pequena África, que

possibilitam uma análise crítica das estruturas sociais e políticas tanto do passado quanto do presente.

Dessa forma, ao refletir sobre a relação entre documento, memória social e apagamentos históricos, especialmente no contexto da Pequena África, evidencia-se a urgência de ampliarmos cada vez mais as fronteiras conceituais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, incorporando suportes documentais diversos — materiais, simbólicos, corporais e territoriais. A memória coletiva, como construção social, exige o reconhecimento de múltiplas vozes e registros, que muitas vezes permanecem invisibilizados pelas instituições tradicionais de memória. A valorização de vestígios arqueológicos, livros de óbitos, lugares de memória e outros suportes não convencionais amplia o campo de atuação do profissional da informação, conferindo-lhe um papel fundamental na mediação entre passado e presente, memória e esquecimento.

Conclui-se, portanto, que a reconstrução da história da Pequena África exige esforços interdisciplinares, políticas públicas comprometidas com a preservação da memória afro-brasileira e, sobretudo, uma mudança de paradigma na forma como entendemos e tratamos os documentos históricos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRIET, Suzanne. O que é a documentação? *In*: BUENO, Antônio Agenor; BELÉM, Airton Luiz; CUNHA, Murilo Bastos da (org.). **O que é a documentação?** Brasília: Thesaurus, 2007. p. 43-71.

BUCKLAND, Michael. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo: o mercado de almas da praça carioca**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 423-442.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 485-499. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/seleção_2020.1/LE_GOFF_-_Documento_monumento.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

LIMA, Monica. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco-História, São Luís, v. 15, n. 26, p. 98-111, 2018. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/657. Acesso em: 20 mar. 2025.

NARA JÚNIOR, João Carlos. Análise do arrendamento do imóvel do Cemitério de Pretos Novos do Valongo (30 de abril de 1774). **Acervo**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1789>. Acesso em: 13 abr. 2025.

NARA JÚNIOR, João Carlos. As rosas negras do cemitério de pretos novos de Santa Rita: sinais de um patrimônio invisível. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, [S. l.], v. 29, n. 29, p. 15-28, 2022. Disponível em: <https://santarita.hypotheses.org/3575>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NARA JÚNIOR, João Carlos. **Fronteiras da Escravidão**: da África ao Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita no Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 2024. Edições do Senado Federal, v. 316.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1-14, 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45489%23:~:text=Inicialmente%2C%20a%20proposta%20de%20Otlet,%2C%20ensino%2C%20cultura%20e%20lazer>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, Campinas, v. 20, p. 07-15, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/GSvXnRZDWHLhKcJ6Tr6Wkwb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

OTLET, Paul. **Tratado da documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

PEREIRA, Julio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:
https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.